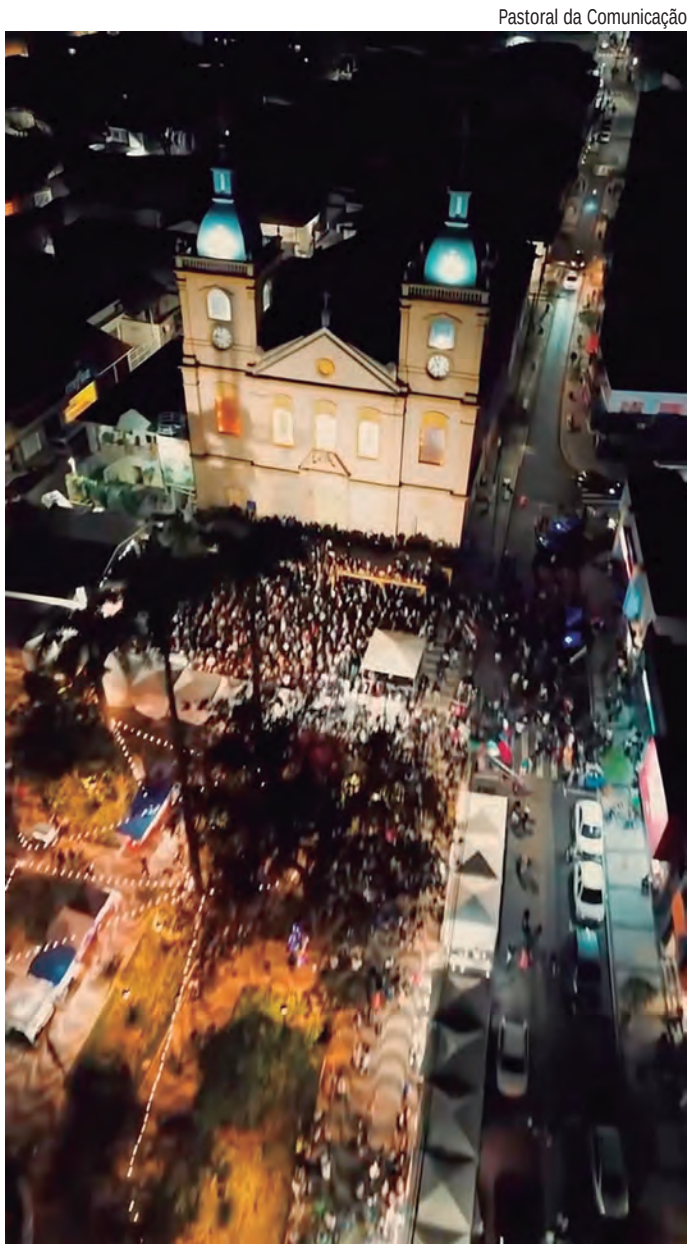
TRIBUNA DAS MONÇÕES

Porto Feliz, 21 de agosto de 2026 • Edição 5.004 • Ano 71
Diretor Responsável: Roberto Prestes • Exemplar: R$ 3,00

Mais um poste é vítima de motorista movido a álcool

Ao prestar os primeiros socorros ao motorista, o Corpo de Bombeiros encontrou cocaína e maconha no veículo, a Polícia Rodoviária foi chamada e o suspeito foi à Delegacia | Página 3

Pastoral da Comunicação



FESTA DE AGOSTO. Um grande público acompanhou os shows e a parte recreativa da festa em louvor à padroeira da cidade, Nossa Senhora Mãe dos Homens. A celebração, que começou no último dia 6, terminou no sábado (15), feriado municipal.

Após o boletim de ocorrência, vereadoras apresentam uma Moção de Repúdio a Nino Laturrague | Página 3

O patrimônio do PortoPrev cresce R$ 115 milhões em um ano e o fundo ultrapassa o meio bilhão | Página 4

Após jogo equilibrado, Segato leva o troféu da 2ª Copa Caliman | Página 11

Ao completar 37 anos, escola de Música ganha novas instalações

Reprodução

Porto Feliz ganhou nesta semana a maior escola de música da região. A Prefeitura entregou nesta quinta-feira (20) as novas instalações da Escola Municipal de Música "Romário Antônio Barbosa". A inauguração ocorreu na semana em que ela completa 37 anos. O novo prédio é quase três vezes maior que o anterior. Ele foi projetado para oferecer a alunos e professores um espaço moderno e adequado às atividades pedagógicas. A escola tem agora nove salas para aulas individuais, quatro salas para aulas em classe e o tão reivindicado auditório. Ele tem 130 cadeiras para o público e instalações especialmente preparadas para as apresentações dos alunos. Há muito tempo a Escola Municipal de Música "Romário Antônio Barbosa" precisava de um auditório para as audições, um espaço que atendesse às necessidades dos alunos e professores e também oferecesse conforto para o público. "Mais do que toda essa nova estrutura, o maior patrimônio da nossa Escola de Música são as nossas crianças, alunos e professores, que há 37 anos mantêm viva a música e revelam tantos talentos em Porto Feliz", disse o prefeito Célio Peixoto. Os alunos fizeram apresentações durante a inauguração, que contou com a presença de secretários municipais, vereadores, professores e músicos.

Paulo Henrique Baldini | Portando Click

APAE, ANO 57. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais celebrou seu aniversário durante a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. Além do desfile pelo Centro, a entidade promoveu uma corrida e caminhada | Página 12

Colunistas

A Vila de Porto Feliz em 1831

Reinaldo Crocco Júnior

Em 1831 a paisagem urbana da Vila de Porto Feliz (antiga Freguesia de Araritaguaba), refletia uma profunda divisão social impressa no barro e na madeira. A arquitetura paulista da época, fortemente influenciada pelo isolamento geográfico, baseava-se em técnicas de terra crua. As moradias dividiam-se entre imponentes casarões senhoriais no centro da vila e as habitações precárias da maior parte da população.

As famílias abastadas possuíam grandes residências urbanas localizadas próximas à praça principal e à igreja matriz. Dois exemplos históricos dessa arquitetura são o casarão que hoje abriga a Casa da Cultura de Porto Feliz e a Casa da Alfândega, antigo prédio do Restaurante Belini. Esses casarões foram construídos com paredes externas grossas, com até um metro de espessura, feitas de argila, areia e cascalho compactados a ferro e madeira por trabalhadores escravizados.

O andar térreo dos velhos casarões servia para armazenar mantimentos, abrigar cavalos ou funcionar como comércio. O pavimento superior possuía assoalho de madeira nobre e era o espaço residencial exclusivo da família, garantindo privacidade e higiene longe da lama da rua. Os cômodos eram divididos em alcovas (uma espécie de quartos sem janelas) e amplas salas de estar. Era nessas salas que aconteciam os saraus políticos e musicais em 1831, símbolos de ostentação e distinção social.

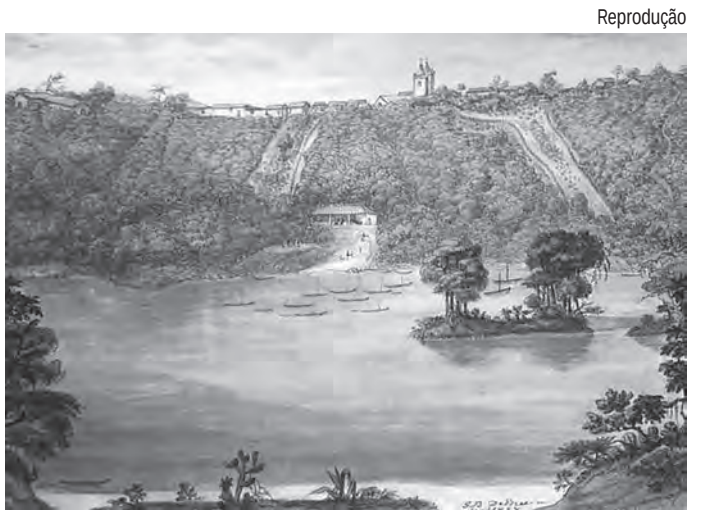
A classe média emergente, composta por tropeiros estabelecidos, artesãos livres e sargentos da recém-criada Guarda Nacional, residiam em habitações intermediárias nas ruas secundárias. As casas térreas eram construídas coladas umas às outras diretamente no alinhamento da rua, sem calçadas ou recuos.

As paredes eram feitas de uma trama de ripas de madeira ou bambu amarradas com cipó e preenchidas com barro amassado. A fachada típica consistia em uma porta de entrada lateral e apenas uma ou duas janelas altas com treliças de madeira, que permitiam ver a rua sem ser visto. Os telhados eram feitos de telhas coloniais moldadas nas coxas dos escravizados.

Na periferia da vila, nas margens do Rio Tietê ou nos fundos das grandes propriedades urbanas, concentrava-se a arquitetura de subsistência, composta por habitações sem assoalho, sujeitas à umidade e à entrada de insetos. Essas pequenas choças, muitas vezes desprovidas de telhas de barro, eram cobertas com palha de sapé ou folhas de palmeira. Eram verdadeiras senzalas urbanas com galpões coletivos úmidos, escuros e trancados por fora durante a noite, onde a população escravizada, que representava metade da vila em 1831, dormia amontoada sobre esteiras.

A Vila de Porto Feliz não possuía calçamento, saneamento básico ou iluminação pública. As ruas eram de terra batida, que viravam lamaçal nas chuvas, e o lixo doméstico era descartado nos quintais do fundo ou diretamente nos córregos locais. A vida social orbitava inteiramente ao redor dos poços públicos e dos chafarizes onde os escravizados buscavam água potável. A malha urbana era tipicamente colonial, estruturada em torno de poucas e marcantes vias ou largos, como eram chamadas as praças da época.

Reprodução



PORTO DE ARARITAGUABA EM 1827. Aquarela de Jean Baptiste Debret (1768-1848)

Os principais logradouros que compunham a Vila de Porto Feliz no ano de 1831, compreendiam o Largo da Matriz, atual Praça Dr. José Sacramento e Silva – verdadeiro coração social, religioso e administrativo da vila, pois já abrigava a Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens – concluída em 1750 —, os casarões da aristocracia rural e os principais comércios. Era, na verdade, o ponto de convergência das festas e decisões políticas locais.

O Largo da Penha era um espaço histórico de extrema importância estratégica. Era o local exato onde os bandeirantes e expedicionários das Monções se reuniam e organizavam seus batelões antes de descer o Rio Tietê rumo ao Mato Grosso.

No ano de 1831 a principal via pública da Vila de Porto Feliz era a "Rua Direita", atual Rua José Bonifácio, famosa e movimentada como um centro comercial da época. Essa rua concentrava o fluxo financeiro, as principais lojas de tecidos e armarinhos e as residências mais valorizadas, ligando os pontos centrais da vila. Outra via pública importante era a "Rua Sorocaba", atual Rua Newton Prado, localizada na parte mais alta da vila, que funcionava como a principal rota de conexão e escoamento terrestre para o comércio com o importante polo regional de Sorocaba, por onde circulavam tropeiros e mercadorias.

Daqueles velhos tempos aos dias atuais a história registra o trabalho incansável de inúmeros cidadãos ilustres ou humildes, que pelos seus respeitáveis feitos, nos legaram a bela cidade de Porto Feliz!

Salve Terra das Monções / Tua gente varonil / Honrará tuas tradições / E a grandeza do Brasil!

Reinaldo Crocco Júnior é advogado, escritor, pesquisador e colaborador da TRIBUNA

O Isolamento de Porto Feliz na Década de 1870

Carlos Carvalho Cavalheiro

Já discorremos aqui sobre a importância dos jornais como documentos e fontes históricas. O papel impresso, se vencer as décadas e os séculos de existência e chegar até nós, pode não somente trazer informações pertinentes, como, muitas vezes, elucidar fatos obscuros ou desconhecidos.

Como se sabe, Porto Feliz não teve jornal impresso no século XIX. Isso não quer dizer que não se possam encontrar informações sobre a cidade em periódicos publicados em outras paragens. Muito pelo contrário: Porto Feliz aparece com certa regularidade em diversos veículos da imprensa dos séculos passados.

Os jornais da vizinha cidade de Itu, por exemplo, costumavam publicar uma ou outra informação tida como relevante, à época, sobre Porto Feliz. Uma missiva — extensa para os padrões atuais — publicada no jornal *Imprensa Ytuana*, no dia 3 de setembro de 1873, é bastante significativa pelas informações que contém.

> "O estado de isolamento à que parece estar condemnado este lugar, não tem contribuído pouco para a sua, aliás, exagerada decadência. Sem possuir um órgão na imprensa, e por conseguinte sem esse poderoso meio de permuta de idéas e communicação de pensamentos; sem dispor de estrada de ferro, para estreitar suas relações com os centros populosos; sem gozar dos benefícios do telegrapho electrico, meio tão rápido quanto assombroso de transmittir o pensamento, e de receber em troca novas idéas; Porto-Feliz parecia uma ilha cercada de progresso, deserta e perdida no meio do vasto oceano de movimento e vida da adiantada Província de S. Paulo".

Essas são as impressões do missivista acerca da cidade.

De fato, tais melhoramentos urbanos e instrumentos de comunicação chegariam a Porto Feliz entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A tão sonhada linha férrea, por exemplo, seria inaugurada somente em 1920.

O missivista aproveita a oportunidade para utilizar a *Imprensa Ytuana* com a finalidade de difundir os acontecimentos de Porto Feliz, dado que, como já foi dito, não havia imprensa local. As festas de São Benedito e de Nossa Senhora Mãe dos Homens, as chamadas "festas" de agosto, estão lá registradas:

> "No dia 14 tivemos a festa de S. Benedicto, feita pela Irmandade dos homens pretos. Occupou a tribuna sagrada ao Evangelho, o Vigário da Parochia, P. Ilidro, e à tarde sahio a procissão, que não pode percorrer todas as ruas, por causa da chuva que sobreveio. No dia 15 teve lugar a festa de N. S. Mãe dos Homens, padroeira da Parochia; festa esta que é feita pela associação dos filhos [sic] de Maria creada em 1868 pelo ex-Vigario Barroso. Houve Missa solemne, orando ao Evangelho o P. João Soares; e à tarde procissão, em que as filhas de Maria carregarão, como de costume, o andor do N. S., pregando a entrada o mesmo Vigário Ilidro".

Não são reduzidas as notas que carregam consigo muitas informações. Podemos pinçar, nessas poucas linhas, a informação de que a Irmandade de São Benedito já existia em 1873; que o vigário Barroso foi o criador da Associação das Filhas de Maria, em 1868; que o padre João Soares do Amaral, afamado mártir da febre amarela de Sorocaba em 1900, exerceu seu sacerdócio em Porto Feliz; e que, em agosto, eram realizadas as festas de São Benedito e de Nossa Senhora Mãe dos Homens.

As festas eram bastante concorridas e, aparentemente, atraíam pessoas de outras localidades. Por isso, durante esse período, ocorriam espetáculos na cidade, como corridas de touros e apresentações teatrais de companhias vindas de outras localidades.

> "Nos dias 16 e 17 houverão corridas de touros, pouco concorridas,no que me disserão. A população de Porto Feliz lavrou assim um protesto contra este gênero de divertimentos, que não está mais em harmonia com o adiantamento de nosso século. Não assisti às corridas, porque, ha muito, resolvi não sancionar com a minha presença em espectaculo só digno dos tempos de Roma pagã. Faço sinceros votos para que de todo desappareção d'entre nós esses divertimentos que tanto depõem contra os foros de um povo civilisado. Durante a festa, deu aqui espetáculos dramáticos a companhia dos srs. Castros & Irmão...".

A missiva de 1873, portanto, revela muito mais do que o lamento de um morador diante do isolamento de Porto Feliz. Ela registra uma cidade que, embora distante dos novos meios de comunicação e transporte que começavam a transformar a Província de São Paulo, possuía vida religiosa, manifestações culturais, entretenimentos e relações com outras localidades. Paradoxalmente, aquilo que o missivista apontava como isolamento é justamente o que hoje nos desafia e, ao mesmo tempo, nos estimula à pesquisa: quando a cidade não possuía voz própria na imprensa, precisamos procurar sua voz nas páginas dos jornais das cidades vizinhas. É nessas páginas, muitas vezes esquecidas e hoje disponíveis em acervos digitalizados, que Porto Feliz volta a falar conosco.

Carlos Carvalho Cavalheiro é professor, mestre em educação, escritor, pesquisador e colaborador da TRIBUNA

DAFNNY MILANE
ADVOGADA | OAB/SP 433103
15 3261 4096 15 99605 2332
milaneadv@gmail.com

DROGARIA SEGATTO
De segunda a sábado até as 22 horas
Aos domingos das 18 às 22 horas
Disque 3261.3850
Entrega 3261.5468
Rua Cardoso Pimentel, 7/A • Centro

IMOBILIÁRIA BANDIMÓVEIS
Especialista no setor imobiliário há mais de 40 anos
CRECI: 18.369-J
band. imóveis
VENDA
LOCAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS
INFORMAÇÕES
(15) 3262-8300
Visite nosso Website
www.bandimoveis.com.br
RUA JOSÉ BONIFÁCIO Nº05 CENTRO PORTO FELIZ

WG
João Carlos Wilson
OAB/SP 94.859
Clóvis Juliano Guadagnini Júnior
OAB/SP 311.365
Paulo Henrique Wilson
OAB/SP 339.137
WILSON & GUADAGNINI
Tel. (15) 3261-1500
contato@wgpadvogados.com.br
Rua José Fernandes, 103 | Jardim Morumbi

RGS CORRETORA SEGUROS
Pça Lauro Maurino,22 3262-3700

MURILO JOSÉ
ADVOGADO
OAB/SP nº 421.618
CÍVEL
PREVIDENCIÁRIO
TRIBUTÁRIO
EMPRESARIAL
15 99774-6775
murilo.j@outlook.com
Rua José Fernandes, nº 103, Jardim Morumbi - Porto feliz/SP

O ERVANÁRIO
FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS
RUA ALTINO ARANTES, 38
FONE: 3262-1245

Classificados

CONTRATAM-SE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Para a empresa Degradê — Confecções Porto Feliz Ltda., inscrita sob o CNPJ nº 00.248.529/0001-29. com sede na cidade de Porto Feliz (SP). Enviar currículo para a Caixa Postal nº 241 — CEP 18.540-000

Desintupidora JTJ
Desentupimos vasos sanitários, pias e ralos sem quebrar seu piso ou parede
(15) 9.9709.8925

Apicultor Magrão
Serviço de remoção de abelhas, marimbondos, vespas e arapoas
(15) 99776.7619

Siga-nos!
https://www.tribunadasmoncoes.com.br/
https://www.facebook.com/jornaltribunadasmoncoes/

Polícia

Eita segunda-feira: saiu do poste direto para a Delegacia

Jovem perdeu a direção na Rodovia Dr. Antoninho; ele tinha 7 porções de drogas

Pelo visto, o final de semana foi bom. O problema, como sempre, foi a segunda-feira. Ela mal tinha começado e o jovem de 28 anos foi surpreendido por um poste na Rodovia Dr. Antônio Pires de Almeida (SP-97).

O Corpo de Bombeiros chegou primeiro e socorreu a vítima. Depois, eles chamaram os colegas da Polícia Rodoviária e o motorista foi parar na Delegacia. Motivo: estava embriagado e portava drogas.

Embriagado

O acidente ocorreu pouco antes da uma da madrugada de segunda no quilômetro 24. O boletim de ocorrência não informa qual veículo o suspeito dirigia — ou melhor, tentava dirigir.

Transitando no sentido Sorocaba-Porto Feliz, o condutor perdeu o controle e foi acertar um poste. De acordo com informações, o poste estava parado e não havia bebido, quem bebeu foi o jovem, que apresentava olhos vermelhos, cheiro forte de álcool e fala enrolada.

Bafômetro

Enquanto prestavam socorro à vítima, os bombeiros não puderam deixar de notar que ela tinha uma porção de maconha consigo e guardava seis porções de cocaína no veículo.

A Polícia Rodoviária foi chamada e ofereceu ao suspeito a oportunidade de fazer o teste do etilômetro. O suspeito declinou da gentileza e foi levado ao Pronto-Socorro municipal para os exames de praxe.

Flagrante

A Polícia Rodoviária recolheu o veículo, enquanto o jovem de 28 anos era autuado em flagrante por embriaguez ao volante e posse de drogas para consumo pessoal. O delegado de Polícia Civil responsável pelo plantão, Wesley Franklin de Paula, fixou a fiança em um salário mínimo. O valor foi calculado com base nas condições econômicas do autuado.

O jovem usou do direito de permanecer calado durante sua autuação em flagrante. Guardou os argumentos para as audiências do processo.

FALSO FILHO ■ Um homem de 71 anos foi vítima nesta semana do golpe do falso filho. Ele perdeu mais de vinte mil reais. A vítima, moradora na Vila Alcalá, recebeu uma mensagem nesta terça-feira (18) por alguém que se fazia passar pelo filho. Segundo a vítima, a conversa foi muito convincente. Acreditando que o filho enfrentava uma emergência financeira, o homem fez transferências bancárias num total de R$ 20.800,00. Só depois de o dinheiro ter sido transferido é que a vítima descobriu que falava com o filho, e sim com um golpista que usava uma linha com DDD 011, o código da Região Metropolitana de São Paulo. Na quarta-feira (19) a Polícia Civil registrou a queixa de estelionato

PREMIADO ■ Ótima notícia! Uma moradora do Conjunto Habitacional Benedito José Diana havia sido sorteada e receberia 10 mil reais do Cartão de Todos. O prêmio seria depositado no Agibank e, para isso, a felizarda precisava apenas fornecer algumas informações sobre sua conta. A mulher de 71 anos foi contemplada com duas transferências de R$ 600 e duas de R$ 271. Não foram transferências para a conta dela, foram transferências da conta dela. Os R$ 1.742 foram parar no bolso de um golpista, cujo nome foi fornecido à Polícia Civil na quarta-feira (19).

PROCESSO ■ R$ 6.084. Este foi o prejuízo causado a um empresário de 52 anos que acreditou ter vencido um processo judicial. O larápio, fazendo-se passar pelo advogado do empresário, entrou em contado nesta segunda-feira (17) para dizer que ele havia vencido a ação. Para receber R$ 25.450, o empresário teria de fornecer dados bancários. A quadrilha chegou a simular uma audiência por video para convencer a vítima a fornecer os dados.

Segurança de loja deixa o ladrão bem à vontade antes de dar o bote

O segurança da loja foi ladino. Fez de conta que não viu nada nem sabia de nada. Esperou o *cliente* de 47 anos sair e então deu o bote.

A Guarda Civil Municipal foi chamada e encontrou a mercadoria já embalada, pronta para ser levada à Delegacia de Polícia Civil para ser autuada em flagrante por furto.

Já conhecia

O segurança, em depoimento, contou ter reconhecido o homem na mesma hora em que ele entrou. E. S. E. já cometeu furtos naquela e em outras lojas da cidade, além ter se metido com o tráfico de drogas.

Sem dar sinais de que reconhecera o suspeito, o segurança deixou que ele circulasse livremente pela loja, por volta do meio-dia do último sábado (15). Ficou à distância, observando discretamente os passos do cidadão.

Kit

O segurança viu quando E. apanhou dois produtos na área de higiene pessoal. Esperou ele sair da loja e então o abordou. O homem estava com um kit Pantene (xampu e condicionador de cabelos). O kit custava R$ 29,99.

A GCM foi avisada e despachou uma equipe para loja situada na região central. O suspeito passou pelo Pronto-Socorro Municipal para o exame clínico exigido por lei e depois foi conduzido à Delegacia.

'Contumaz'

Fábio Augusto Martelini, delegado de Polícia Civil responsável pelo plantão, depois de ser informado da ocorrência, determinou que E. S. E. fosse autuado em flagrante por furto, apesar do baixo valor das mercadorias e do fato de elas terem sido devolvidas intactas à loja.

O delegado entendeu que o "indiciado ostenta passado criminal voltado a prática de crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas, sendo indivíduo contumaz na prática criminosa".

INVASÃO ■ A Polícia Militar despachou uma guarnição ao Jardim Santa Elisa, na madrugada do domingo 9, para socorrer uma mulher de 57 anos. Por volta da 1h30, a moradora ouviu barulho no quintal. Percebeu que alguém tinha invadido sua casa e trancou-se no banheiro, de onde pediu ajuda à PM. Ao chegar, os policiais militares surpreenderam um homem de 37 anos. Eles também não encontraram sinal arrombamento, mas para entrar no quintal, o homem cortou uma cerca. V. P. A., interrogado, disse aos PMs que estava sendo perseguido e que pretendiam matá-lo. Ele subiu ao telhado de uma casa, passou para o telhado vizinho e foi fazendo isso até chegar à casa da vítima. A moradora, porém, disse em depoimento que ouviu o homem conversando com alguém ao telefone. Ele contou ao interlocutor o que havia na casa e o que ele pretendia furtar. A moradora disse que o homem, provavelmente, já estava no interior da residência quando fez o telefonema, pois ela costuma deixar uma porta aberta para que seus cães possam sair para o quintal. A Polícia Civil registrou a ocorrência como invasão de domicílio e liberou o suspeito para responder em liberdade.

Câmara

Tensões políticas e homenagens na sessão de Câmara

Moção de Repúdio a Nino Laturrague foi aprovada por unanimidade

A sessão de Câmara desta segunda-feira (17) transcorreu com o plenário lotado e foi marcada por debates inflamados, discursos emocionados e a aprovação unânime de cinco moções. Sob a presidência da Pastora Roselene dos Santos (Podemos), a sessão começou com homenagens póstumas e um minuto de silêncio em memória de Leonardo Marchesoni Rogado, Norma Maria da Rocha e Roberta da Silva.

Moção de Repúdio

O momento mais tenso da noite ocorreu durante a discussão e votação da Moção nº 47/2026, uma moção de repúdio apresentada pela vereadora Drª Ana Paula Melo (PL), presidente da Procuradoria Especial da Mulher. A iniciativa repudiou o comportamento do vereador Nino Laturrague na sessão da semana passada, acusando-o de proferir manifestações desrespeitosas e intimidatórias contra vereadoras.

De acordo com o documento, durante um debate sobre a Santa Casa de Misericórdia, Nino Laturrague (MDB) tratou a Drª Ana Paula (que também atua como diretora técnica da instituição) de maneira exaltada e aos gritos. Posteriormente, ele teria desrespeitado a presidência da Casa, chamando a vereadora Pastora Roselene de "puxa-saco" e "vendida".

Discussão

Drª Ana Paula argumentou que a medida busca impor limites e garantir que as divergências políticas sejam tratadas com respeito à integridade das pessoas, combatendo agressões cotidianas no ambiente legislativo.

Nino Laturrague se defendeu, afirmando que a vereadora interpretou mal a situação. Ele apelou a assessoras e à vereadora Lu Caballero (União Brasil) para saber se já as havia desrespeitado, argumentando que apenas exerceu seu papel de fiscalização, pois não concorda com o estado atual da saúde municipal.

Odélio Leite (DC) declarou que votaria a favor apenas para pacificar a Câmara, ressaltando que, embora debates acalorados façam parte da democracia, é preciso restabelecer a cordialidade e o respeito institucional.

Desabafo

Lu Caballero expressou solidariedade às colegas, mas fez um contundente desabafo, lembrando que sofreu perseguições semelhantes no ano anterior e que as mesmas parlamentares que hoje pediam respeito votaram a favor da abertura de uma investigação contra ela na ocasião.

HOMENAGEM. Heloisa e Adriana com o vereador Marcelo Tuani

Ela defendeu que a proteção e o respeito às mulheres na política devem ser universais e imparciais. Ana Paula rebateu, afirmando que a situação anterior era distinta e que Lu Caballero recebeu acolhimento no momento de descontrole. A Moção de Repúdio nº 47/2026 foi aprovada por 10 votos a zero.

Relevância social

Após os embates políticos, a sessão seguiu para a apreciação de quatro moções de aplauso, todas aprovadas por unanimidade (10 a 0).

Centro Educacional Humberto Martelli e Educação Infantil Dengoso (Moção nº 44/2026). Proposta pelo vereador Dr. Luís Diniz (PSD), a honraria celebrou os 45 anos de história da instituição de ensino fundada em 1981 por Humberto Martelli. O vereador Marcelo Tuani (PP) relembrou emocionado que deu seus primeiros passos escolares ali em 1981, o que o inspirou a ser o educador que é hoje. Os vereadores Teko Gutierre (MDB) e Adilson Casagrande (União Brasil) também elogiaram o legado familiar e profissional da escola.

Valéria Cristina de Assis Batista (Moção nº 45/2026) - De autoria do vereador Adilson Casagrande, a moção homenageou Valéria por sua trajetória de mais de 40 anos dedicada à música e 20 anos de serviços na Casa Paroquial da Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens. Vereadores destacaram a importância de sua atuação musical em cerimônias e casamentos da cidade como uma forma de evangelização.

Adriana Aparecida Borin de Almeida e Heloísa Correa Machado (Moção nº 46/2026) - Proposta pelo vereador Marcelo Tuani, a homenagem reconheceu o trabalho das educadoras em razão de suas recentes aposentadorias do serviço público estadual na Escola de Ensino Integral PEI Coronel Eugênio Euclydes Pereira da Motta. A história de superação de Heloísa (filha de agricultores que venceu dificuldades para se graduar em História) e os 31 anos de magistério de Adriana (mestra em Educação) foram amplamente ovacionados pelos parlamentares e pelo público presente.

Dra. Cíntia Carla Queiroz Camargo Fagundes (Moção nº 48/2026) - Proposta pela vereadora Roselene Maria de Souza dos Santos, celebrou a trajetória da atual Presidente da Subseção da OAB de Porto Feliz (triênio 2025-2027). A homenagem ganhou destaque especial no contexto do "Agosto Lilás", mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, valorizando a presença feminina em cargos de alta liderança. Luís Diniz, falando como colega advogado, parabenizou a homenageada pelo excelente trabalho na Ordem.

Festividades

Na Tribuna Livre, Teko Gutierre celebrou o sucesso e a organização da Festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens, destacando a reforma da praça central promovida pela administração municipal. Ele também apontou o avanço do asfalto que agora conecta diversas regiões ao bairro Avecuia e a chegada de novos empreendimentos comerciais e escolas técnicas como o Senai.

Alerta

Adilson Casagrande alertou para o período de reprodução de escorpiões entre agosto e setembro, solicitando dedetizações urgentes nos cemitérios e bairros com maior incidência. Ele também requereu a garantia de estoque de soro antiescorpiônico e contra outras picadas peçonhentas na cidade, além de melhorias no trânsito central.

Cobranças

Nino Laturrague voltou a discursar de forma incisiva contra a atual diretoria da Santa Casa. O parlamentar relatou casos de pacientes que aguardam há anos por procedimentos cirúrgicos e exames desmarcados consecutivamente, exigindo a divulgação transparente das listas de espera por especialistas.

Causa animal

A vereadora Lu Caballero cobrou explicações sobre a subutilização de aparelhos médicos de hemograma e bioquímica adquiridos por meio de sua emenda impositiva. Ela sugeriu a criação de uma Parceria Público-Privada (PPP) para terceirizar exames de imagem e laboratoriais, permitindo que a população tenha acesso a diagnósticos veterinários gratuitos e de qualidade.

Cidade

Guarda Civil Municipal | divulgação

INFORMAR TAMBÉM É PROTEGER. Como parte da programação do Agosto Lilás, a Guarda Civil Municipal realizou uma palestra sobre violência doméstica e familiar contra a mulher no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS Jardim Vante. A palestra ocorreu na terça-feira 18. Durante o encontro, foram abordados temas relacionados à prevenção, identificação e enfrentamento da violência contra a mulher, destacando os diferentes tipos de violência, os sinais de alerta, a importância de romper o ciclo de violência e de buscar apoio e proteção. Agosto Lilás é o nome da campanha nacional que usa a informação para combater a violência e aumentar a proteção às mulheres.

PortoPrev supera R$ 505 milhões e amplia patrimônio em mais de R$ 115 milhões

Instituto registra crescimento de 29,63% em 18 meses; resultado é atribuído à gestão técnica dos investimentos e ao compromisso da Administração

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto Feliz (PortoPrev) alcançou em julho a marca de R$ 505 milhões em patrimônio, consolidando um período de forte crescimento dos recursos destinados a garantir o futuro previdenciário dos servidores municipais.

Em janeiro de 2025, o patrimônio do Instituto era de R$ 389,5 milhões. Em 31 de julho de 2026, chegou a R$ 505.051.809,41, uma evolução de R$ 115.454.078,57, ou 29,63%, em apenas 18 meses.

Somente em 2025, o patrimônio passou de R$ 389,5 milhões para R$ 463,7 milhões. Já nos primeiros sete meses de 2026, houve uma nova evolução de aproximadamente R$ 41,2 milhões, chegando ao patamar atual.

Trabalho técnico

Segundo a superintendente do PortoPrev, Daniela Pires, o avanço é resultado de um trabalho técnico que vem sendo aprimorado desde 2025, com acompanhamento permanente da carteira, maior rigor na seleção dos ativos e diálogo constante com gestores do mercado financeiro.

"Ultrapassar a marca de R$ 505 milhões é resultado de uma gestão pautada pela responsabilidade, pelo rigor técnico e por decisões criteriosas. Nosso objetivo é fazer com que cada recurso seja administrado com segurança e eficiência, protegendo o patrimônio previdenciário e, principalmente, o futuro dos nossos servidores", diz Daniela.

Boa relação

Outro fator apontado como fundamental para os resultados é a relação entre o PortoPrev e a Administração Municipal. A Prefeitura de Porto Feliz mantém em dia os repasses e as obrigações previdenciárias, permitindo que os recursos sejam incorporados à carteira no prazo correto e passem a gerar rendimentos, além de garantir maior previsibilidade para o planejamento dos investimentos.

De acordo com Daniela, a pontualidade nos repasses permite que a equipe técnica trabalhe com estratégias de médio e longo prazo, buscando melhores oportunidades de investimento com segurança e planejamento.

Longo prazo

Para o prefeito Célio Peixoto, o resultado demonstra a importância de tratar a previdência dos servidores como uma política de longo prazo. "Quando falamos em cuidar das contas públicas, também estamos falando de olhar para o futuro. Manter nossas obrigações rigorosamente em dia e garantir que o PortoPrev tenha autonomia para realizar um trabalho técnico e responsável é respeitar quem dedicou e dedica sua vida ao serviço público. São mais de R$ 115 milhões de crescimento patrimonial desde o início de 2025, um resultado que nos deixa felizes, mas que também aumenta nossa responsabilidade de continuar fazendo uma gestão séria", diz o prefeito.

Além de garantir maior segurança aos servidores, aposentados e pensionistas, a boa saúde financeira do PortoPrev também traz reflexos para o próprio município. Atualmente, o Instituto reúne 1.822 servidores ativos, 538 aposentados e 138 pensionistas.

Sustentabilidade

Segundo a superintendente Daniela Pires, o fortalecimento do patrimônio previdenciário contribui para diminuir a pressão futura sobre os cofres públicos e preservar a capacidade de investimento da cidade. "Cada resultado positivo obtido por meio dos nossos investimentos contribui para a sustentabilidade do sistema previdenciário e reduz a necessidade de aportes futuros do Tesouro Municipal. Isso significa proteger a aposentadoria dos nossos servidores e, ao mesmo tempo, ajudar a preservar recursos públicos que podem continuar sendo investidos em áreas essenciais para a população", explica Daniela.

O PortoPrev também vem avançando na modernização e na governança. Entre as iniciativas estão a busca pela elevação da certificação Pró-Gestão para o Nível II, além da implantação de eleições digitais para os conselhos e da realização do censo previdenciário.

Novos avanços

E a expectativa é de novos avanços até o fim do ano. A meta mínima de rentabilidade estabelecida para 2026 é de 10,68%, enquanto as projeções atuais apontam para um resultado que pode chegar a 11,83%, com patrimônio estimado em aproximadamente R$ 527 milhões até dezembro.

"Nosso trabalho é feito com responsabilidade, transparência e visão de longo prazo. Cuidar do PortoPrev é cuidar do futuro dos nossos servidores e também contribuir para que Porto Feliz continue crescendo com equilíbrio e responsabilidade", diz a superintendente.

Piloto conquista vitória e chega à última etapa na briga pelo título

Divulgação

EM RUDSKOGEN. Após bom desempenho, Bruno vai à disputa do título na última prova, que será na Austrália

O piloto Bruno Yoshihara, da BROT eSports, teve uma noite de destaque na quinta-feira 13 na M7Help Fórmula 4 do F1BC. No circuito virtual de Rudskogen, na Noruega, utilizando o simulador iRacing, Bruno venceu a primeira bateria pela classe AM e, na sequência, conquistou o segundo lugar na segunda prova, mantendo-se firme na disputa pelo campeonato.

Na primeira bateria, Bruno largou em quinto lugar no grid geral e rapidamente mostrou ritmo para brigar pelas primeiras posições. O piloto da BROT eSports manteve uma condução consistente e chegou a assumir a liderança da prova, posição que sustentou até a parada de boxes.

Após o pit stop, a disputa pela vitória ganhou contornos ainda mais intensos. Bruno passou a travar uma batalha curva a curva com Fane Weber, da Carreteiro Team, em uma disputa que exigiu precisão, concentração e controle do carro. Mesmo sob forte pressão, o piloto conseguiu se manter à frente e cruzou a linha de chegada em primeiro lugar na classe AM, garantindo uma importante vitória em Rudskogen.

2ª bateria

Na segunda bateria, Bruno voltou à pista largando em terceiro lugar na classe AM. Em busca de mais um resultado expressivo, o piloto partiu para o ataque logo nas primeiras voltas.

Ao tentar superar o segundo colocado, porém, Bruno acabou rodando e perdeu algumas posições. Longe de desistir, o piloto retomou um ritmo forte e iniciou uma recuperação consistente ao longo da prova.

Com voltas rápidas e uma condução agressiva, mas controlada, Bruno voltou a se aproximar dos ponteiros e conseguiu recuperar terreno até assegurar a segunda colocação na classe AM.

A vitória ficou com Gustavo Braghin, que conduziu a prova de forma consistente e terminou à frente de Bruno.

Evolução

O resultado das duas baterias reforça a evolução do piloto da BROT eSports na competição. Uma vitória e um segundo lugar na mesma etapa colocam Bruno em posição privilegiada para chegar à rodada decisiva ainda com chances concretas de conquistar o campeonato da classe AM.

A temporada da M7Help Fórmula 4 do F1BC chega agora à sua etapa decisiva. A próxima corrida será realizada no dia 27 de agosto, no circuito virtual de Winton, na Austrália.

Capítulo final

Depois de uma noite marcada por uma vitória conquistada em uma intensa disputa e por uma recuperação que resultou em mais um pódio, Bruno Yoshihara chega à última etapa determinado a transformar o bom desempenho em Rudskogen na conquista do título da classe AM.

A rodada australiana será, portanto, o capítulo final da temporada — e o piloto da BROT eSports terá mais uma oportunidade para lutar pelo campeonato.

https://www.tribunadasmoncoes.com.br/
https://www.facebook.com/jornaltribunadasmoncoes/

Sábado é o Dia D da Campanha de Multivacinação

A Secretaria de Saúde, realiza neste sábado (22) o Dia D da Campanha de Multivacinação, com o objetivo de ampliar a cobertura vacinal e garantir a atualização da caderneta de vacinação de crianças e adolescentes menores de 15 anos. A ação será realizada das 8h às 16h, em nove unidades de saúde do município. Pais e responsáveis devem levar a criança ou o adolescente até uma das unidades participantes, acompanhados da caderneta de vacinação, para que a equipe de saúde possa verificar as doses necessárias e realizar a atualização conforme o calendário vacinal. Unidades participantes: ESF Dr. Francisco Moreira Junior – Vila América — UBS Dr. José Sacramento e Silva – Bambu — UBS Antonio Patucci – Centro — ESF José Bernardino – Agrovila CAIC — ESF Dr. Walter Castelucci – Jardim Vante — ESF Dr. Antonio Pires de Almeida – Jardim Excelsior — ESF Maria Aparecida da Silva – Vila Angélica — UBS João Batista Rodrigues – Bom Retiro — ESF Dr. Célio Prado – Vila Progresso. A Campanha de Multivacinação é uma importante estratégia para manter a população protegida contra doenças imunopreveníveis e fortalecer a cobertura vacinal no município.

A Secretaria Municipal de Saúde reforça o convite para que pais e responsáveis aproveitem o Dia D e verifiquem a situação vacinal de crianças e adolescentes. Manter a caderneta atualizada é uma forma de cuidado e proteção com a saúde de toda a família.

SAAE PORTO FELIZ
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ
Praça Dr. José Sacramento e Silva, 50 • Centro
Porto Feliz (SP) • Tel. (15) 3261-9600
CNPJ 45.479.391/0001-07 • www.saaeportofeliz.sp.gov.br

PORTARIA 3.056, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.
Reintegração de servidor ao cargo efetivo

Servidor: CLODOALDO APARECIDO GONÇALVES – MATRÍCULA/SAAE nº 481
Cargo: ENCANADOR
Fundamento: Artigos 13 e 35, inciso II, da Lei Complementar nº 135/2012.
DOUGLAS ALVES DOS SANTOS
Superintendente

PORTARIA 3.054, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.
EXONERAÇÃO A PEDIDO

Fundamento: Art. 71, Inciso I, da Lei Complementar n.º 135/12.
Servidor: BRUNO ARRUDA SOARES, Matrícula/SAAE 602, RG 44.xxx.xxx-0.
Cargo: ENCANADOR
Revogam-se as disposições em contrário, declarando-se a vacância do cargo, a partir de 15 de agosto de 2026, conforme dispõe o art. 69, inciso I da LC 135/2012.
DOUGLAS ALVES DOS SANTOS
Superintendente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ
Porto Feliz - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

◆ **Limitação ao escopo de auditoria sobre as "Disponibilidades"**

Conforme nota explicativa nº 4 ás demonstrações contábeis, a Entidade apresenta em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$ 26mil em depositos bancários, e R$ 4.497mil em aplicações financeiras, todavia os extratos bancários apresentam saldos no montante de R$ 6mil de depositos bancários e R$ 4.436mil em aplicações financeiras. Não foi apresentada a conciliação das diferenças identificadas. Com isso, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para validação dos saldos. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

◆ **Limitação ao escopo de auditoria sobre o "Ativo Imobilizado"**

Conforme nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Entidade apresenta em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$ 7.936mil (R$ 7.936 mil em 2024), registrado na Rubrica "Imobilizado Líquido", todavia não foram contabilizados os encargos de depreciação. Portanto, não foi possivel determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis e seus reflexos no patrimônio líquido.

◆ **Limitação ao escopo de auditoria sobre os "Empréstimos e financiamentos"**

Conforme nota explicativa nº 14, a Entidade possui contratos de empréstimos com a instituição financeira Caixa Economica Federal no montante de R$ 4.024mil, porém, através dos demonstrativos de evolução contratual com a referida instituição financeira, constatamos que o saldo devedor é de R$ 5.040 mil. Consequentemente, concluimos sobre a necessidade de ajustes sobre o saldo dos empréstimos e seus reflexos no patrimônio líquido.

◆ **Limitação ao escopo de auditoria sobre os "Rendimentos de aplicações financeiras"**

No encerramento das demonstrações contábeis no exercício de 2025. a Entidade mantinha registrado recursos financeiros da ordem de R$ 4.497mil, no entanto, durante o exercício não foi realizado nenhum registro dos rendimentos sobre essas aplicações financeiras que montaram em aproximadamente R$ 195mil. Consequentemente, concluimos sobre a necessidade de ajustes sobre essas receitas financeiras e seus reflexos no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas 'profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

◆ **Desiquilibrio economico e financeiro**

Sem ressalvar nossa opinião quanto ao assunto, a Entidade apresentou déficit líquido de R$ 1.679mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e naquela data o Passivo Circulante excedia seu Ativo Circulante em R$ 4.219 mil (R$ 6.484mil em 2024) e, seu Passivo total excedia o Ativo total em R$ 4.389 mil (R$ 2.710 mil em 2024,), que corresponde ao Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo, além de uma deficiência de capital de giro no montante de R$ 8.835mil (R$ 8.248 em 2024) Esses fatores podem levantar dúvida substancial de que a Entidade tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeos, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

◆ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

◆ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

◆ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

◆ Concluímos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

◆ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 22 de julho de 2026.

ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE LTDA
CRC2SP035035/O-0

Antonio Carlos Rubinato
Contador - CRC1SP111745/O-5
Registro IBRACON n° 5.092 de 23/08/2016

Jéssica Christina Gregório Rubinato Botezini
Contadora-CRC1SP297849/O-9
Registro no CNAI n° 6.224 de 18/11/2019

Luana Aparecida Gregorio Rubinato
Contadora – CRC1SP257586/O-1
CPF nº 322.689.598-21

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ - CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Balanço Patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

A T I V O

Descrição	Nota	31/dez/2025	31/dez/2024
CIRCULANTE		**13.232**	**19.603**
Caixa e equivalentes de caixa		**4.524**	**1.446**
Caixa geral	4	1	5
Bancos c/ movimento – recursos sem restrição	4	26	80
Bancos c/ movimento – recursos com restrição	4	-	-
Aplicações financeiras – recursos sem restrição	4	1.465	74
Aplicações financeiras – recursos com restrição	4	3.032	1.287
Outros créditos		**8.708**	**18.157**
Estoque de medicamentos e insumos	9	1.868	842
Depósitos judiciais	7	92	318
Clientes e convênios a receber	6	163	552
Convênios municipais a receber	5	6.585	16.445
NÃO CIRCULANTE		**9.841**	**9.866**
Realizável a Longo Prazo		**1.905**	**1.930**
Ação judicial a receber	8	1.889	1.889
Investimentos	11	16	41
Imobilizado		**7.936**	**7.936**
Terrenos sem restrição	10	1.269	1.269
Edificações sem restrição	10	2.692	2.692
Bens hospitalares e não hospitalares sem restrição	10	7.970	7.970
(-) Depreciações acumuladas	10	(3.995)	(3.995)
TOTAL DO ATIVO		**23.073**	**29.469**

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

Descrição	Nota	31/dez/2025	31/dez/2024
CIRCULANTE		**17.451**	**26.087**
Fornecedores	12	3.225	2.509
Obrigações com pessoal	13	2.257	2.490
Férias e encargos sociais a pagar	13	4.086	3.581
Obrigações fiscais e sociais	14	1.021	1.062
Honorários advocatícios a pagar	12	277	-
Convênios municipais a realizar	17	6.585	16.445
NÃO CIRCULANTE		**10.011**	**6.092**
Provisão para contingências	18	4.529	4.584
Empréstimos nacionais	15	4.024	1.364
Parcelamentos de tributos e contribuições	16	1.458	144
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**(4.389)**	**(2.710)**
Patrimônio social	19	562	562
Ajustes de avaliação patrimonial	19	3.011	3.011
(-) Amortização da avaliação patrimonial	19	(13)	(13)
Resultados acumulados	19	(6.270)	(10.585)
Resultado de 31.12.2024	19	-	4.315
Resultado de 31.12.2025	19	(1.679)	-
TOTAL DO PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**23.073**	**29.469**

Demonstração do Resultado do Exercício
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	31/dez/2025	31/dez/2024
(+) RECEITA OPERACIONAL		**114.087**	**95.904**
(+) Receitas de convênio - SUS	21	85.742	67.671
(+) Receitas de convênio - Rede assistencial básica	21	10.815	10.953
(+) Receitas de convênio – SUS Paulista	21	4.417	2.342
(+) Receita – Piso enfermagem	21	463	-
(+) Receitas de convênios e particulares	20	3.893	6.099
(+) Fundo Nacional de Saúde	21	953	394
(+) Fundo Municipal de Saúde	21	-	2.372
(+) Doações e Subvenções	22	50	23
(+) Emendas impositivas	23	633	-
(+) Isenção INSS cota patronal	31	7.121	6.050
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**(104.413)**	**(81.271)**
(-) Custos – Contratualização SUS	25/26	(37.557)	(32.981)
(-) Custos – Rede Assistencial Básica	25/26	(4.885)	(6.716)
(-) Custos – Convênios e particulares	25/26	(150)	(2.308)
(-) Custos e Despesas Hospitalares	27	(16.293)	(27.359)
(-) Custos com Pessoal	24	(45.528)	(11.907)
RESULTADO BRUTO		**9.674**	**14.633**
(+/-)OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**(11.353)**	**(10.318)**
(-) Despesas gerais e administrativas	28	(4.197)	(4.103)
(-) Despesas financeiras	29	(35)	(242)
(+) Receitas financeiras	-	-	32
(+) Receitas de alugueis	-	-	45
(-) Isenções INSS cota patronal	31	(7.121)	(6.050)

Demonstração do Resultado Abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

RESULTADO SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO	**(1.679)**	**4.315**

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Superávit / Déficit do exercício	(1.679)	4.315
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(1.679)**	**4.315**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Descrição	Patrimônio Social	Reservas Reavaliação	Resultados Acumulados	Patrimônio Liquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**562**	**2.998**	**(19.723)**	**(16.163)**
Ajuste de exercícios anteriores	-		-	8.861 8861
Superávit líquido do período	-		374	374
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**562**	**2.998**	**(10.488)**	**(6.928)**
Ajustes de exercicios anteriores	-	-	(272)	(272)
Superávit líquido do exercício	-	-	114	114
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**162**	**2.998**	**(10.646)**	**(7.086)**
Ajustes de exercicios anteriores	-	-	61	61
Superávit líquido do exercício	-	-	4.315	4.315
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**562**	**2.998**	**(6.270)**	**(2.710)**
Déficit líquido do exercicio			(1.679)	(1.679)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**562**	**2.998**	**(7.949)**	**(4.389)**

continua na página 6 ➔

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ - CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Balanço Patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

continuação da página 5

Demonstração do Fluxo de Caixa em
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1- Das atividades operacionais:	31/dez/2025	31/dez/2024
A – Provenientes das operações		
Superávit / Déficit do exercício	(1.679)	4.315
Ajustes de exercicios anteriores	-	61
	(1.679)	**4.376**
B – Acréscimos/Decréscimos nos ativos e passivos:		
Estoques	(1.026)	1.777
Valores a receber	10.249	(16.771)
Adiantamentos a funcionários	-	3
Deósitos judiciais 226 (293)		
Fornecedores	993	293
Obrigações trabalhistas	230	(2.266)
Obrigações fiscais	1.315	(1.255)
Provisões de contingências	(55)	(77)
Subvenções a realizar	(9.860)	16.445
(=) Total dos acréscimos/decréscimos nos ativos e passivos	**2.072**	**(2.144)**
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**393**	**2.232**
2- Das atividades de investimentos		
Pela baixa em investimentos	25	3
Pela aquisição de equipamentos	-	(386)
(=) Caixa gerado pelas atividades de investimentos	**25**	**(383)**
3- Das atividades de financiamentos		
Empréstimos de longo prazo	2.660	(767)
(=) Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	**2.660**	**(767)**
4-Aumento/redução líquído de caixa e equivalentes de caixa	**3.078**	**1.082**
5-Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalente de caixa	**3.078**	**1.082**
Caixa e equivalente de caixa no inicio do perído	1.446	364
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	4.524	1.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ – CNPJ nº 20.772.760/0001-24
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em R$ mil)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz**, fundada em 31 de março de 1907, considerada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 68.716 de 07 de junho de 1971; de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.598 de 11 de janeiro de 1965, e de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 1.715 de 03 de maio de 1968 uma sociedade civil de natureza e finalidade filantrópica de caráter geral, sem intuitos lucrativos, com sede e foro na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo, sito á Rua Olavo Assumpção Fleury nº 101, e que tem por objeto: (a) praticar e desenvolver obras de misericórdia, (b) administrar, manter em funcionamento e desenvolver a Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz; (c) Administrar, manter e desenvolver outros estabelecimentos médico-hospitalares ou para-hospitalares, mediante convênio ou contrato ou que venha a criar, adquirir ou receber doações ou comodato e que se destinem à prestação de assistência médico- hospitalar a enfermos e acidentados.

Com mais de um século de existência, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz vem se destacando na atenção à saúde da população local e regional, não apenas por ser o único Hospital e Maternidade da cidade, mas pela qualidade e eficiência dos serviços prestados, o que faz dela, referência na região.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz ocupa um grande quarteirão numa área total de 8.847 metros quadrados, sendo 2.965 metros quadrados de área construída. Possui 93 leitos, prestando atendimento em todas as especialidades médicas. Atende pacientes de Porto Feliz e outros municípios, predominantemente através do SUS.

A UTI, de 10 leitos, é referência local, assim como as cirurgias ortopédicas de média complexidade.]

O Hospital possui um moderno e bem equipado Centro Cirúrgico, onde são realizadas, em média, 320 cirurgias/mês.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em especial:

(a) NBC TG Estrutura Conceitual — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovada pela Resolução CFC nº 1.374/11;

(b) ITG 2002 (R1) — Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12;

c) Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, na extensão em que não conflitem com as normas específicas para entidades do terceiro setor.

As demonstrações contábeis compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as presentes Notas Explicativas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados para fins comparativos.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações são descritas a seguir e foram aplicadas de forma consistente em relação ao exercício anterior, salvo quando indicado de outra forma.

a-) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Entidade são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual opera ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Entidade.

b-) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são classificadas e mensuradas conforme os critérios estabelecidos pela NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros. As aplicações de curto prazo são registradas pelo custo amortizado, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, cujos valores aproximam-se do valor justo. As aplicações vinculadas a convênios e subvenções são demonstradas separadamente, com indicação das restrições aplicáveis.

c-) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment), em conformidade com a NBC TG 27 — Ativo Imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas que refletem a vida útil econômica estimada de cada classe de bem, conforme segue:

Classe de Ativo	Taxa Anual	Vida Útil Estimada
Edificações	4%	25 anos
Máquinas e equipamentos médico-hospitalares	10%	10 anos
Equipamentos de informática	20%	5 anos
Móveis e utensílios	10%	10 anos
Veículos	20%	5 anos
Instalações	10%	10 anos

d-) Demais ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao custo de aquisição ou ao valor de realização, o que for menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando necessária.

e-) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente — legal ou não formalizada — decorrente de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do respectivo valor possa ser apurada, em conformidade com a NBC TG 25 (R2).

f-) Demais Passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

g-) Subvencões Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas em conformidade com a NBC TG 07 (R2). As subvenções relacionadas a ativos são inicialmente reconhecidas no passivo e apropriadas ao resultado na proporção da depreciação dos respectivos bens. As subvenções relacionadas a custeio são reconhecidas no resultado do período em que as despesas correspondentes são incorridas.

h-) Reconhecimento de Receitas e Doações

As receitas de doações são reconhecidas quando há transferência efetiva do controle do ativo recebido, observando-se o regime de competência. Os recursos em espécie são registrados no ativo disponível quando do recebimento efetivo. Doações em bens são registradas pelo valor justo na data do recebimento.

i-) Uso de Estimativas e Julgamentos Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer estimativas e julgamentos que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas reportados. Os valores efetivamente realizados podem diferir das estimativas. As principais estimativas dizem respeito a: vidas úteis dos ativos imobilizados, provisões para contingências trabalhistas e cíveis, e ajuste ao valor recuperável de ativos.

j-) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, sendo reconhecidas no período a que competem, independentemente do recebimento ou pagamento.

NOTA 4 - DISPONIBILIDADES

Os valores registrados neste grupo representam moeda em espécie em caixa, depósitos à vista em instituições bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os saldos com restrição correspondem a recursos vinculados a convênios e subvenções governamentais, cujo uso está condicionado aos termos dos respectivos instrumentos. Os saldos estavam compostos da seguinte forma:

Descrição

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Caixa e equivalentes de caixa — livres	1.492	159
Saldos vinculados a convênios e subvenções — com restrnção	3.032	1.287
Total	**4.524**	**1.446**

Saldos livres: compostos por caixa (R$ 1), bancos conta corrente (R$ 26) e aplicações financeiras de curto prazo (R$ 1.465).

Saldos com restrição: compostos aplicações financeiras vinculadas (R$ 3.032), cujo resgate ou movimentação depende de autorização ou comprovação de aplicação junto aos órgãos concedentes.

NOTA 5 – CRÉDITOS COM O SUS

Os valores registrados correspondem aos repasses a receber do poder público decorrentes da contratualização firmada entre a Entidade e o SUS — Sistema Único de Saúde, nos termos dos contratos de gestão e portarias vigentes. O reconhecimento das receitas obedece ao regime de competência, com base nos serviços efetivamente prestados e nos tetos financeTTiros pactuados.

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Créditos com o SUS	6.585	16.445
Total	**6.585**	**16.445**

NOTA 6 – CRÉDITOS COM CONVÊNIOS E PACIENTES PARTICULARES

Este grupo compreende os valores a receber de operadoras de planos e seguros de saúde, decorrentes de serviços médico-hospitalares prestados e faturados, pendentes de liquidação na data de encerramento do exercício, bem como os créditos com pacientes particulares. Os valores são reconhecidos conforme a realização efetiva dos serviços, observando o regime de competência. A Entidade avalia periodicamente a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base no histórico de recebimentos e análise individual das contas a receber.

6.1 – Créditos com convênios e operadoras

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Créditos com convênios e operadoras de saúde	163	552
Total	**163**	**552**

NOTA 7 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Este grupo compreende os valores de bloqueios decorrentes de ações de cobrança de processos civeis e trabalhistas

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Bloqueios judiciais	92	318
Total	**92**	**318**

NOTA 8 – AÇÕES JUDICIAIS A RECEBER

Representam valores provenientes de direitos a receber, sobre o processo judicial nº 1002013-41.2016.8.26.0471, transitado em julgado, e aguardando execução.

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Ação judicial a receber de terceiros	1.889	1.889
Total	**1.889**	**1.889**

NOTA 9 – ESTOQUES

Os estoques da Entidade são compostos por medicamentos, materiais médico-hospitalares e itens de consumo interno utilizados nas atividades assistenciais, operacionais e administrativas. São mensurados pelo custo de aquisição, determinado pelo método da média ponderada móvel, em conformidade com a NBC TG 16 — Estoques. Quando o valor de realização líquida for inferior ao custo registrado, é reconhecido ajuste para redução ao valor realizável líquido. A movimentação e o controle dos estoques são realizados por meio de sistema informatizado integrado, que permite rastreabilidade e controle de validade.

Grupo de Estoque	31/dez/2025	31/dez/2024
Drogas e medicamentos	285	185
Material de consumo hospitalar	484	250
OPME — Órteses, Próteses e Materiais Especiais	233	139
Oxigênio e gases medicinais	31	-
Rouparia	159	-
Gêneros alimentícios	24	43
Material de limpeza e produtos para lavanderia	286	25
Material de escritório e impressos	30	-
Manutenção e reparo	82	-
Demais grupos de estoque	254	200
Total	**1.868**	**842**

continua na página 7 ➔

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ – CNPJ nº 20.772.760/0001-24
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em R$ mil)

continuação da página 6

NOTA 10 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é composto por bens tangíveis mantidos para uso na prestação de serviços assistenciais, na administração e em outras atividades institucionais, com expectativa de utilização por mais de um exercício. Os ativos são registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, em conformidade com a NBC TG 27 — Ativo Imobilizado.

A Entidade realiza periodicamente a avaliação de indícios de impairment nos termos da NBC TG 01 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

10.1 – Imobilizado (saldo líquido)

CUSTO DE AQUISIÇÃO						
Imobilizado	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências		Saldo em 31/12/2025
				Entradas	Saídas	
BENS LIVRES (SEM RESTRIÇÕES)						
Terrenos	1.268	-	-	-	-	1.268
Edificações	2.389	-	-	-	-	2.389
Construção em Andamento	302	-	-	-	-	302
Máquinas e Equipamentos	5.760	-	-	-	-	5.760
Móveis e Utensílios	1.271	-	-	-	-	1.271
Equioameantos de informática	736	-	-	-	-	736
Instalações diversas	125	-	-	-	-	125
Colchões, roupas e similares	80	-	-	-	-	80
Total Custo	**11.931**	-	-	-	-	**11.931**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Deprec. Acum. - Edificações	(769)	-	-	-	-	(769)
Deprec. Acum. – Máq. E Equip.	(1.711)	-	-	-	-	(1.711)
Deprec. Acum. – Móveis e Utens.	(1.267)	-	-	-	-	(1.267)
Deprec. Acum. - Equip. informática	(248)	-	-	-	-	(248)
Total Depreciação acumulada	**(3.995)**	-	-	-	-	**(3.995)**
SALDO LÍQUIDO – IMOBILIZADO	**7.936**	-	-	-	-	**7.936**

Nos exercicios de 2025 e 2024 a Entidade não regiustrou os encargos de depreciação sobre os bens ativados.

NOTA 11 – INVESTIMENTOS

Os investimentos da Entidade compreendem participações em cooperativas de crédito, registradas pelo custo de aquisição, conforme segue:

11.1 – Investimentos Financeiros – Participações em Cooperativas

Instituição	31/dez/2025	31/dez/2024
Sicredi — Integralização de Quotas de Capital	16	1
Sicoob — Integralização de Quotas de Capital	-	40
Total	**16**	**41**

NOTA 12 – FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

A rubrica de fornecedores compreende as obrigações a pagar pelo fornecimento de materiais, bens e serviços, inclusive honorários médicos e serviços especializados, adquiridos no curso ordinário das operações da Entidade. As contas a pagar são classificadas no passivo circulante quando o vencimento ocorrer no prazo de até doze meses a contar da data do balanço e serão liquidadas no decorrer do exercício de 2026.

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Fornecedores de materiais	1.238	1.006
Fornecedores de serviços	1.987	1.503
Honorários advocaticios a pagar	277	-
Total	**3.502**	**2.509**

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Obrigações a pagar com pessoal: referem-se à folha de pagamento do mês de dezembro de 2025, cujo pagamento foi efetivado no início de janeiro de 2026, registrada pelo valor líquido a pagar aos colaboradores.

Provisões com pessoal: representam os montantes acumulados a título de benefícios adquiridos pelos colaboradores e ainda não liquidados, compreendendo a provisão para férias, o adicional constitucional de um terço sobre férias e os encargos de FGTS correspondentes, reconhecidos pelo regime de competência.

13.1 – Obrigações com o pessoal – folha de dezembro/2025

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Salários e ordenados a pagar	2.075	2.015
Pensão alimentícia a pagar	2	1
Empréstimo consignado — Caixa Econômica Federal	136	112
Convênios à pagar	44	362
Total	**2.257**	**2.490**

13.2 – Provisões com Pessoal

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Provisão para férias – Santa Casa	2.984	2.536
Provisão para férias – Rede Básica	1.102	1.045
Total	**4.086**	**3.581**

13.3 – Cálculo do Turnover

É um conceito frequentemente utilizado na área de Recursos Humanos para designar a rotatividade de pessoal, ou seja, as entradas e saídas de funcionários em um determinado período de tempo. Tem a função de determinar a porcentagem de substituição de funcionários e consequentemente analisar a capacidade da entidade em manter os seus colaboradores. Um alto percentual indica que será necessária avaliação das causas de incapacidade de retenção de pessoal.

Utilizamos a fórmula clássica para cálculo do turnover: [(nº de demissões + nº de admissões) / 2} / nº de funcionários no último dia do mês anterior, multiplicado por 100 para obter o percentual

13.4 – Quadro Funcional

ANO/BASE	Quantidade Inicial	Admissão	Demissão	Qantidade Final
2023	347	60	52	355
2024	355	144	72	427
2025	427	121	102	446

13.5 – Resumo dos três últimos exercicios

Quantidade de Funcionários Ultimo dia do Ano			Alocações em Funções 2025				
	Descrição		Assistencial	Administrativo	Apoio	Outros	Total
Exercicios	Nº Colaborador	Indice	61%	5%	34%	-	100%
2025	446	25%	269	23	154	-	446
2024	427	25%					
2023	355	16%					

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

As obrigações sociais e fiscais compreendem os tributos federais, estaduais e municipais apurados no exercício e os encargos trabalhistas e previdenciários retidos ou devidos pela Entidade, cujo recolhimento ocorrerá no exercício subsequente. Os valores estão registrados com base na legislação vigente, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
INSS à recolher	257	209
FGTS à pagar	372	306
IRRF de funcionários (cód. 0561)	197	353
IRRF de autônomos (cód. 0588)	0	0
IRRF pessoa jurídica (cód. 1708)	47	47
PIS/COFINS/CSLL retido de PJ (cód. 5952)	144	146
ISS retido	4	1
Total	**1.021**	**1.062**

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO

Os empréstimos e financiamentos destinam-se ao suporte das operações e ao financiamentoinvestimentos da Entidade. São mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva, sendo os encargos financeiros reconhecidos no resultado conforme o regime de competência. As operações estão garantidas por avais dos membros da diretoria e/ou por penhor de direitos creditórios junto ao SUS — Sistema Único de Saúde.

Descrição	Taxa de Juros % a.m.	Nº de Parcelas á Pagar	Contábil Liquido em 31/dez/2025
C.E.F – contrato nº. 25.4287.610.0000003-65	1,19% a.m.	08	124
C.E.F. – contrato nº 25.4287.610.0000005-27	1,26% a.m	30	360
C.E.F. – contrato nº 25.4287.610.0000007-99	1,35% a.a.	60	3.540
Total		-	**4.024**

a-) As garantias dos empréstimos tomados pela Entidade, junto a Caixa Economica Federal, são os recebiveis da contratualização do convênio SUS.

b-) A Entidade não contratou nos exercicios de 2025 e 2024 financiamentos com cláusulas restritivas (“Covenants”).

NOTA 16 – PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS DE LONGO PRAZO

A Entidade celebrou parcelamentos de obrigações fiscais e previdenciárias com os órgãos competentes, adotados como medida de gestão do fluxo de caixa e regularização fiscal, assegurando a continuidade operacional. Os parcelamentos são registrados no passivo pelo valor presente das prestações futuras, sendo os encargos financeiros reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva.

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Parcelamento 0211.00012.0054181837.24-01	265	0
Reparcelamento do FGTS em 240 vezes	38	48
Parcelamento 10855-40124/2020-81 em 60 parcelas	3	32
Parcelamento 10855-402022/2021-93	-	40
Parcelamento 10855-404485/2021-42 em 60 parcelas	134	83
Parcelamento 10855-404773/2022-88 em 60 parcelas	69	11
Parcelamento previdenciário 640670091 em 60 parcelas	131	-
Parcelamento PGFN 009874022	-	(70)
Parcelamento previdenciário 622527150 em 120 parcelas	133	-
Parcelamento PGFN 001389434 em 150 parcelas	140	-
Parcelamento 0111.00013.0003103907.18-14 em 120 parcelas	46	-
Parcelamento 0211.00012.0001468687.22-40 em 60 parcelas	193	-
Parcelamento 0211.00012.0022154439-23-02 em 60 parcelas	185	-
Parcelamento 0211.00012.0091380446-24-02 em 60 parcelas	121	-
Total	**1.458**	**144**

Os parcelamentos estão vinculados a débitos de natureza trabalhista (CLT) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional — PGFN.

Os termos de adesão formalizam o compromisso da Entidade com a regularização das obrigações e o acompanhamento rigoroso do cronograma de pagamentos.

17 – TERMOS DE CONVÊNIO A REALIZAR

Os termos de convênios a realizar representam recursos financeiros recebidos de órgãos públicos estaduais e federais, vinculados a condições e finalidades previamente estabelecidas. São reconhecidas no passivo quando do recebimento e apropriadas ao resultado:

17.1 – Contratualizações Municipais

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
P.M. Porto Feliz - Termo de Convênio nº 01/2022 (16º termo aditivo)	6.585	5.045
P.M. Porto Feliz - Termo de Convênio nº 01/2022 (2º termo aditivo)	-	11.400
Total	**6.585**	**16.445**

18 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em conformidade com a NBC TG 25 (R2) — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Entidade reconhece provisões para contingências quando: (i) existe obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As provisões são apuradas com base em pareceres do corpo jurídico da Entidade, considerando o histórico de litígios e a expectativa de desfecho de cada processo.

Os processos classificados com probabilidade possível de perda não foram provisionados, conforme critério da NBC TG 25 (R2), estando apenas divulgados nesta nota. A Entidade não identificou ativos contingentes com probabilidade provável de realização no exercício.

18.1 – Provisões Constituídas – Probabilidade Provável

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Ações trabalhistas	3.289	3.331
Ações cíveis	1.240	1.253
Total — Ações Provisionadas	**4.529**	**4.584**

O patrimônio social da Entidade é constituído pela dotação inicial, pelos bens a ele incorporados ao longo do tempo e pelos resultados líquidos dos exercícios — superávits ou déficits — acumulados. Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade não distribui lucros, dividendos ou qualquer parcela de seu patrimônio a instituidores, dotadores ou administradores, seja de forma direta ou indireta, destinando integralmente os eventuais superávits à manutenção e ampliação das atividades institucionais, em conformidade com a ITG 2002 (R1).

Descrição	Valor
Patrimônio Social em 31/12/2024	(2.710)
(-) Déficit do exercício de 2025	(1.679)
Patrimônio Social em 31/12/2025	**(4.389)**

20 – RECEITAS COM CONVÊNIOS E PARTICULARES

As receitas com convênios referem-se aos valores faturados pela prestação de serviços médico-hospitalares e assistenciais a operadoras de planos e seguros de saúde e a entes públicos vinculados por contrato. O reconhecimento ocorre no período em que os serviços são efetivamente prestados, observando o regime de competência e os valores pactuados nos contratos vigentes.

As receitas com atendimentos a pacientes particulares, compreendem os valores recebidos ou a receber diretamente de pacientes por serviços de saúde prestados sem intermediação de planos ou convênios. As receitas são reconhecidas na data da efetiva realização do atendimento, de acordo com o regime de competência.

Descrição	31/dez/2025
Receitas com convênios e pacientes particulares	3.893
Total	**3.893**

21 – RECEITAS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

As receitas do SUS correspondem aos repasses efetuados pelo poder público em decorrência dos serviços prestados no âmbito das contratualizações e incentivos vigentes. A apuração é realizada com base nos serviços efetivamente realizados e nos tetos financeiros e portarias aplicáveis, incluindo incentivos adicionais quando previstos nos instrumentos contratuais.

continua na página 10 ➔

Inscrições Abertas

VAGAS GRATUITAS E LIMITADAS

- TÉCNICAS PARA ESCOVAR OS CABELOS
- MAQUIAGEM PARA NOIVAS
- PREPARO DE BOLO NO POTE
- DOCEIRO
- COZINHA ÁRABE
- VELAS AROMÁTICAS E SABONETES ARTESANAIS
- BÁSICO EM VINHOS: DEGUSTAÇÃO, HARMONIZAÇÃO E SERVIÇO

INFORMAÇÕES NO CEMIP/SENAI
DE SEGUNDA A SEXTA, DAS 08H ÀS 17H30

RUA ANITA GARIBALDI, Nº 500

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DE PORTO FELIZ

MATRÍCULAS ABERTAS

Cursos:

- Excelência no Atendimento em Serviços de Hospitalidade em Resorts de Luxo
- Excelência no Atendimento de WhatsApp
- Pequenos Reparos Residenciais
- Customização de Chinelos
- Confecções de Bijuterias
- Massas Artesanais
- Cozinha Vegetariana

CURSOS SENAC

INSCRIÇÕES NO CEMIP/SENAI
*RUA ANITA GARIBALDI, Nº 5000

VAGAS GRATUITAS E LIMITADAS

(15) 3261 - 9035

PREFEITURA DE Porto Feliz
Juntos, construindo o futuro!

QualificaPorto

Senac

Ampliação do DISK LÂMPADA

Número:

0800 806 4641

O QR CODE ABAIXO IRÁ TE DIRECIONAR AO NOSSO MEIO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL PARA ABERTURA DE CHAMADOS.

Novo WhatsApp:

(11) 5039-3075

Aplicativo:

DISK LÂMPADA

Disponível para **Android** e **IOS**

PREFEITURA DE Porto Feliz
Juntos, construindo o futuro!

INSCRIÇÕES ABERTAS

PROGRAMA GURI

Cursos gratuitos de música para crianças, adolescentes, jovens e adultos!

6 a 9 anos
- Iniciação Musical I e II

10 a 18 anos
- Percussão
- Violão
- Sopros

Adultos
- Iniciação Musical

INSCRIÇÕES

INSCRIÇÕES NO POLO PORTO FELIZ

De segunda às sexta, 9h30 às 12h | 13h30 às 17h30

Av. Monsenhor Seckler, 673 - Centro

(15) 3262-9612 (11) 97343-0229

PREFEITURA DE Porto Feliz
Juntos, construindo o futuro!
Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ – CNPJ nº 20.772.760/0001-24
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em R$ mil)

continuação da página 7

Descrição	31/dez/2025
Receitas oriundas da contratualização	101.437
Fundo Nacional de Saúde	953
Total	**102.390**

22 – RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

As doações recebidas são reconhecidas como receita no momento do recebimento efetivo ou, no caso de bens, pelo valor justo na data do recebimento.

Descrição	31/dez/2025
Receitas de contribuintes	50
Total	**50**

23 – EMENDAS IMPOSITIVAS

A receita do termo de convênio 01/2025 firmado em 03/10/2025 compreende valores recebidos, destinados aos pagamentos de serviços médicos, aquisição de materiais hospitalares, para a realização de cirurgias ortopédicas e custeio de exames de imagem (ultrasom e tomografia), especificamente a pacientes vinculados ao SUS, conforme plano de trabalho.

Descrição	31/dez/2025
Termo de convênio 01/2025 – Prefeitura Municipal de Porto Feliz	633
Total	**633**

24 – CUSTOS COM PESSOAL

Compreendem os gastos com salários, encargos sociais (INSS, FGTS), provisões trabalhistas (férias, 13º salário), benefícios e demais obrigações decorrentes da contratação de pessoal próprio da Entidade, segregados entre os diretamente relacionados às atividades assistenciais e as despesas de natureza administrativa.

Descrição	31/Dez/2025
Custos com pessoal — atividades assistenciais	(45.528)
Total	**(45.528)**

25 – CUSTOS COM SERVIÇOS MÉDICOS

Referem-se aos valores pagos ou provisionados a profissionais de saúde e empresas contratadas para prestação de serviços médicos, laboratoriais e de diagnóstico. Incluem plantões médicos, honorários cirúrgicos, serviços de anestesia, exames especializados e outros atendimentos complementares diretamente vinculados à atividade assistencial.

Descrição	31/dez/2025
Custos com serviços médicos e laboratoriais	(26.568)
Total	**(26.568)**

26 – CUSTOS COM MATERIAIS

Os custos com materiais compreendem os itens consumidos nos procedimentos assistenciais e nas atividades operacionais e administrativas, apurados com base na efetiva baixa do estoque pelo método da média ponderada móvel.

Descrição	31/dez/2025
Custos com materiais médico-hospitalares e de consumo	(16.024)
Total	**(16.024)**

27 – CUSTOS OPERACIONAIS

São compostos pelos demais custos relacionados à operação da Entidade não classificados em rubricas específicas, incluindo despesas com utilidades, manutenção de infraestrutura, tecnologia da informação e serviços de suporte essenciais ao funcionamento institucional.

Descrição	31/dez/2025
Serviços de manutençao e reparos	153
Serviços de suporte e programação de informatica	1.461
Serviços tomados por pessoas juridicas	14.679
Total	**16.293**

28 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas englobam os gastos necessários à gestão e administração geral da Entidade, não diretamente imputáveis às atividades assistenciais.

Descrição	31/dez/2025
Aluguéis de imóveis	(28)
Energia eletrica	(589)
Telefones	(91)
Locação de equipamentos	(780)
Água e esgoto	(31)
Seguros	(88)
Materiais e manutenção	(12)
Impostos – ISSQN	(49)
Despesas com parcelamentos	(2.178)
Outras despesas administrativas	(351)
Total	**(4.197)**

29 – DESPESAS FINANCEIRAS

Incluem os encargos com juros, multas por atraso, tarifas bancárias e demais despesas decorrentes de operações financeiras, contratos de empréstimos e parcelamentos de tributos, reconhecidos no resultado conforme o regime de competência pelo método da taxa de juros efetiva.

Descrição	31/dez/2025
Despesas bancárias e encargos financeiros	(35)
Total	**(35)**

30 – ATENDIMENTOS HOSPITALARES – PERCENTUAL SUS

Em atendimento à Lei nº 12.101/2009 e ao Decreto nº 8.242/2014, a Entidade apurou o percentual de atendimentos realizados pelo SUS no exercício de 2025, observado o critério estabelecido no art. 9º da referida Lei. A apuração demonstrou que a Entidade realizou mais de 60% (sessenta por cento) de seus atendimentos pelo SUS, considerando a exclusão do componente ambulatorial na proporção regulamentada, em conformidade com os termos da contratualização vigente.

EXERCÍCIO DE 2025

a-) INTERNAÇÕES

Competência	SUS Quantidade	NÃO SUS Quantidade	% SUS de Internações
Janeiro	422	24	95%
Fevereiro	421	25	94%
Março	380	25	94%
Abril	418	18	96%
Maio	428	18	96%
Junho	402	20	95%
Julho	387	18	96%
Agosto	492	12	98%
Setembro	445	9	98%
Outubro	461	20	96%
Novembro	420	10	98%
Dezembro	378	4	99%
Total	**5.054**	**203**	**97%**

b-) AMBULATÓRIO

Competência	SUS Quantidade	NÃO SUS Quantidade	% SUS de Internações
Janeiro	2.567	1.968	57%
Fevereiro	2.836	1.843	61%
Março	2.482	2.014	55%
Abril	2.583	2.294	53%
Maio	2.953	2.329	56%
Junho	2.883	1.737	62%
Julho	2.929	1.629	64%
Agosto	2.904	721	80%
Setembro	3.293	295	92%
Outubro	2.963	267	92%
Novembro	2.778	272	91%
Dezembro	2.597	246	91%
Total	**33.768**	**15.615**	**69%**

c-) PRONTO SOCORRO

Competência	SUS Quantidade	NÃO SUS Quantidade	% SUS de Internações
Janeiro	10.477	113	99%
Fevereiro	10.465	147	99%
Março	10.115	121	99%
Abril	10.695	106	99%
Maio	12.107	78	99%
Junho	9.532	89	99%
Julho	9.320	139	98%
Agosto	10.749	583	95%
Setembro	10.983	790	93%
Outubro	10.899	893	92%
Novembro	10.807	808	93%
Dezembro	9.566	582	94%
Total	**125.715**	**4.449**	**97%**

31 – ISENÇÕES USUFRUÍDAS - CEBAS

A Entidade é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social — CEBAS na área de saúde, concedido pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria SAES/MS nº 3.286, de 23 de setembro de 2025. Em razão da detenção do CEBAS e do atendimento ao percentual mínimo de 60% ao SUS, a Entidade faz jus à isenção das contribuições sociais patronais previstas no art. 195, §7º da Constituição Federal, regulamentadas pela Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021. As isenções usufruídas no exercício de 2025 estão demonstradas a seguir:

Contribuição / Tributo	Valor da Isenção/2025
Cota Patronal INSS (20%)	5.768
Contribuição ao SESI/SENAI/SENAC/SESC	1.175
Contribuição ao INCRA e Salário-Educação	178
Total de isenções	**7.121**
Base legal: Lei Complementar 187/2021	

32 – ASPECTOS FISCAIS

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra- se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

O entendimento da Administração da Entidade é que suas rendas decorrem de suas operações próprias e, portanto, não são sujeitas à tributação. O conceito de "operação própria" é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que possa afetar de maneira significativa a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.
As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos.

33 – RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS/Folha, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras. Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

34 – PASSIVO A DESCOBERTO E PLANO DE RECUPERAÇÃO

As demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz continuam apresentando deficiência de capital de giro, sendo que os passivos tributários e trabalhistas foram parcelados através da Lei 11.345, e os valores transferidos para o Exigível a Longo Prazo, e possibilitando obtenção de certidões de débito positiva com efeito negativo, tornando a Entidade apta a obter subvenções e outras verbas públicas.

O plano de ação desenvolvido pela atual diretoria administrativa tem os seguintes pontos principais:
a-) Elaboração de um orçamento detalhado projetando fluxo de caixa para o período, permitindo uma visão clara da capacidade de pagamentos da Entidade;
b-) Readequação entre despesas e receitas de acordo com as necessidades mínimas para assegurar a manutenção dos serviços prestados a população e continuidade da Entidade;
c-) Manutenção enxuta do quadro de funcionários (lean staffing) para otimizar a eficiência e minimizar o desperdício na alocação de pessoal, com o objetivo de ter um quadro de colaboradores ágil e flexível, que atenda à demanda de trabalho com máxima eficiência e o mínimo de excesso de capacidade.
d-) Obtenção de recursos através de doações e patrocínios junto a entidades civis e a população em geral;
e-) A Administração também acredita que a possibilidade de um prognóstico favorável sobre ações aplicadas e que podem reequilibrar seu patrimonio social.

35 – CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e o Parecer Técnico nº 562/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.108719/2021-51, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, a Portaria nº 1.380, de 24 de janeiro de 2024 deferiu a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, CNPJ nº 55.141.725/0001-91, com sede em Porto Feliz (SP). A renovação em grau de reconsideração, tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026.

36 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial pelos valores contábeis, em conformidade com os critérios de mensuração descritos nas notas explicativas correspondentes. A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros conforme as categorias estabelecidas pela NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros, adotando o custo amortizado como método de mensuração para a maioria dos instrumentos.

conclui na página 11 ➔

Esportes

O Grêmio Esportivo Popular recebe o Ararita para dois jogos amistosos no último sábado

Divulgação

ECOA Amador (formação do dia 15)

ECOA Cinquentão

ECOA Amador (formação do dia 8)

ECOA Veteranos

No último sábado (15), o Ararita foi até a Popular para enfrentar a equipe da casa. Na partida preliminar, a equipe do técnico Xandinho saiu com a vitória: Popular 0×2 ECOA. Lip e Robert fizeram os gols araritanos.

Na partida principal, os comandados do técnico Lucélio seguem firmes se preparando para o Campeonato Amador Municipal e, apesar de alguns desfalques importantes e até mesmo com um jogador a menos nos minutos finais, saiu com a vitória. O placar: Popular 1×2 ECOA. Kexada e Gabriel Osti garantiram a vitória.

O Estádio dos Bambuais recebeu, no domingo (16), os veteranos do Benfica, equipe de Itu. O placar ficou no 0 a 0.

100 juízo

Na semana anterior, o Expresso do Ararita jogou no sábado 8 e venceu o Atlético F. C. por 3 a 0, gols de Biel, Lip e Dedé. No mesmo dia o Amador araritano enfrentou a jovem equipe do 100 Juízo, que também irá disputar o Campeonato Municipal.

O jogo foi muito equilibrado, mas no final a experiência e entrosamento da equipe alvinegra prevaleceu. O meia-atacante Paraíba fez a jogada lateral e serviu o meia Bruninho, que empurrouo a bola nas redes dando a vitória para o ECOA por 1 a 0.

No domingo (9), Dia dos Pais, os veteranos do ECOA receberam a forte equipe dos Veteranos da Sorocabana (Iperó) e também conquistaram a vitória: ECOA 5×2. Destaque para Ande, autor de 3 gols e para Paraíba. que fez 2.

Secretaria de Cultura, Esportes e Cultura

TROFÉU. Ricardo Raio, da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, entrega ao Segato F. C. o troféu de campeão após um jogo de muitas emoções

Segato FC conquista o título da 2ª Copa Caliman de Futebol

A decisão foi contra o Nenê FC

A 2ª Copa Caliman chegou à final, Segato Futebol Clube e Nenê Futebol Clube decidindo o título. Foi uma partida muito equilibrada, o que se refletiu no placar de 0 a 0 no tempo regulamentar.

A decisão foi para os pênaltis e o Segato levou a melhor, conquistando o título da competição. A 2ª Copa Caliman teve o apoio da Prefeitura por meio da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.

Um momento especial da premiação foi a entrega do troféu de campeão pelo senhor Dito Cardeli, abrilhantando ainda mais a celebração desta grande conquista. Um reconhecimento especial a Denes e José Inácio, e em nome deles a toda a comissão organizadora pelo empenho, dedicação e excelente trabalho realizado durante toda a competição.

Estrela de Ouro conquistou o 3º lugar ao vencer o Strikers F. C. por 2 a 0, gols de Victor Hugo Souza e Everton de Souza.

O artilheiro da competição foi Diego da Silva Fantasia, do 100 Compromisso. O craque marcou cinco gols. O Segato teve o goleiro menos vazado, Goleiro Gabriel Santanna Machado.

FIM DE SEMANA DO BASQUETE. A AGE Basketball Porto Feliz teve rodada dupla no último final de semana. No sábado (15), o time Sub-17 foi a Itapeva para enfrentar os donos da casa. Placar: Itapeva 62 × 41 Porto Feliz. No domingo (16), em Bauru, o Sub-16 jogou no Ginásio Panela de Pressão. O jogo terminou com vitória de Bauru por 89 ×60. As partidas foram válidas pelo campeonato da Liga Desportiva Paulista.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ
CNPJ nº 20.772.760/0001-24

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em R$ mil)

continuação da página 10

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não possuía instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge contábil ou outros instrumentos financeiros de natureza especulativa. Os principais riscos financeiros a que a Entidade está exposta são:

Risco de crédito: decorrente da possibilidade de inadimplência das operadoras de planos de saúde e do poder público nos repasses do SUS. A Entidade monitora continuamente seus recebíveis e adota política de gestão de crédito baseada em histórico de recebimentos.

Risco de liquidez: relacionado à capacidade da Entidade de honrar seus compromissos financeiros nos vencimentos pactuados, monitorado por meio do acompanhamento do fluxo de caixa e da manutenção de aplicações financeiras de liquidez imediata.

Risco de mercado (taxa de juros): decorrente das variações nas taxas de juros que afetam os encargos dos empréstimos e os rendimentos das aplicações financeiras. A Entidade não realiza operações de hedge para mitigação desse risco.

Base normativa: NBC TG 48 – Instrumentos financeiros / NBC TG 40 – Divulgação de Instrumentos Financeiros

37 – ASPECTOS AMBIENTAIS

A Entidade está sujeita a regulamentação da ANVISA, em especial a RDC 306, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientes com processos operacionais e contratação de serviços especializados para a destinação dos resíduos relacionados às atividades de assistência médico-hospitalar. A entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

38 – COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE

A Entidade contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Mesa Administrativa – Constituída de 6 (seis) membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elaborar o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros da Mesa Administrativa não poderão ser nomeados para o Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal – Órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três anos, e é composto por 3 membros efetivos e outros 3 suplentes.

39 – RESPONSABILIDADE TÉCNICO-CONTÁBIL

A Entidade optou pela terceirização dos seus serviços de escrituração e assessoria contábil. Tais atividades são realizadas pela empresa Luciano Fernandes Alves Contabilidade - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.883.163/0001-62 e com registro regular no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob registro 2SP035601/O-5, sob a responsabilidade técnica do contador Luciano Fernandes Alves, inscrito sob registro 1SP235633/O-7, e com C.P.F. nº 274.192.258-69.

A gestão e a responsabilidade final pelas informações financeiras e a aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) permanecem sob a alçada da administração da Entidade.

40 – PERMISSÃO DE USO DE PRÉDIO PÚBLICO

Através do Decreto nº 8.524 de 20 de maio de 2024, o Prefeito Municipal de Porto Feliz, decreta no artigo 1º - Fica estabelecida a CESSÃO DE USO do bem público denominado Pronto Socorro Municipal "Maria de Lourdes Assunção Oliveira", à titulo precário e gratuito, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, por prazo indeterminado, conforme Termo de Cessão e Uso de Imóvel nº 001/2024.

41 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Entidade no exercicio de 2025, efetivou a contratação da empresa Azevedo Avaliações Empresariais Ltda, que realizou trabalho técnico com objetivo de estabelecer valor atual aos itens avaliados, para a finalidade de reeditar os valores dos bens, constante do ativo imobilizado, corrigindo eventuais distorções entre o valor de mercado e o valor contábil. O resultado dessa avaliação terá efeito nos demonstrativos contábeis a partir do exercício de 2026.

DIRETORIA

Mauricio Estimo Michelin
Diretor Presidente
Irmandade da Santa Casa
de Misericórdia de Porto Feliz

Luciano Fernandes Alves
Contador — CRC1SP235633/O-3
CPF nº 274.192.258-69

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento da Lei e do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, CNPJ nº 55.141.725/0001-91, no exercicio de suas atribuições, examinou as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado, Demonstrativo do Resultado Abrangente, Demonstrativo das Mutações no Patrimonio Líquido, Demonstrativo do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas), como segue:

1. O Conselho Fiscal apreciou, também, o Relatorio dos Auditores Independentes e endereça-lhes o seu apreço pela colaboração prestada;

2. Na sequência da análise feita aos documentos apresentados, o Conselho Fiscal é de opinião que, de uma forma geral, os mesmos refletem a posição econômico-financeira da Irmandade em 31 de dezembro de 2025 e estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

3. Tendo em consideração os elementos apresentados, o Conselho Fiscal é de parecer que:
Seja aprovado o Relatório dos Auditores Independentes bem como as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado, Demonstrativo do Resultado Abrangente, Demonstrativo das Mutações do Patrimonio Líquido, Demonstrativo do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas ás Demonstrações Financeiras).

Porto Feliz (SP), 23 de julho de 2026.

Bruno Mendonça Agostinho
Conselheiro Fiscal

Carlos Eduardo Cavalcante
Conselheiro Fiscal

Matheus Brieza de Oliveira Ravelli
Conselheiro Fiscal

Em Destaque

APAE comemora seus 57 anos com desfile e corrida

Comemorações ocorrem na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) completou 57 anos de serviços prestados à comunidade, e para marcar o aniversário promoveu o tradicional desfile da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, além de uma Corrida e Caminhada.

A Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla é celebrada de 21 a 28 de agosto. O objetivo é conscientizar sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, reforçando a importância da acessibilidade, da igualdade de oportunidades e da inclusão em todos os espaços da sociedade.

SUCESSO. A Corrida e Caminhada teve a participação de 200 pessoas, com a presença de muitas famílias

Divulgação

PAI E FILHO. Depois de muito tempo, Wandinho e o filho voltaram a participar juntos de uma prova

Corrida

A Corrida e Caminhada, organizada por Anelito Batista de Paula (Anelito Ultra) foi realizada no último domingo (16) e teve a participação de cerca de 200 atletas. O nome da prova foi Correr e Divertir pela Inclusão.

Entre os corredores estava Wando Sampaio Júnior, o Wandinho. Sua participação na prova da APAE teve um sabor especial: depois de muito tempo, ele correu na companhia do filho.

Por pouco

Wandinho liderou a prova por quase dois quilômetros. "Falhei nas estratégias e deixei escapar a primeira colocação, mas mesmo assim deu pódio, terminei na terceira colocação", conta o atleta. "Deixei escapar a primeira colocação por 2 minutos e 30 segundos. Parece ser pouco, mas na corrida significa muito."

ESPORTE E INCLUSÃO. As comemorações promovidas pela APAE uniram com sucesso os dois objetivos

As histórias dos videoclipes é tema de oficina na sexta 28

O cineasta, jornalista e curador Duda Leite estará em Porto Feliz na próxima sexta-feira (28) para apresentar um panorama da produção dos videoclipes, desde os tempos dos Scopitones, jukeboxes que exibiam performances musicais, até as mais recentes tecnologias de VR (realidade virtual) e XR (realidade expandida), utilizadas por artistas contemporâneos, passando também pelo impacto decisivo da MTV nessa trajetória. A oficina "As Histórias dos Videoclipes" é gratuita e aberta a todos os interessados. Basta comparecer à Casa da Cultura Dona Narcisa Stetner (Rua Tristão Pires, 123) às 18h. Durante a oficina, serão exibidos e analisados trabalhos de artistas como Madonna, Michael Jackson, David Bowie, Prince, Björk e Daft Punk, além dos brasileiros Marina Lima, Marisa Monte e Sepultura, e dos clássicos clipes do Fantástico, exibidos no programa semanal da Rede Globo. A oficina é resultado de uma parceria entre Prefeitura e Pontos MIS (Museu da Imagem e Som). Duda Leite dirigiu trabalhos como o curta "Serial Clubber Killer" e o documentário "Tikimentary – Em Busca do Paraíso Perdido", selecionado para a Mostra Internacional de Cinema de São Paulo.

Aniversários

No sábado 22 aniversaria **André**

No sábado 22 aniversaria **Luís Henrique**

No sábado 22 aniversaria **Luiz Henrique**

No sábado 22 aniversaria **Marcos**

No sábado 22 aniversaria **Rosa**

No sábado 22 aniversaria **Sandra**

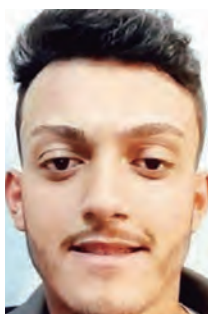
No domingo 23 aniversaria **Carolina**

Na segunda-feira 24 aniversaria **Maria**

Na segunda-feira 24 aniversaria **Oliver**

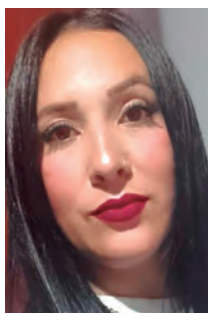
Na segunda-feira 24 aniversaria **Rosa**

Na terça-feira 25 aniversaria **Josemara**



Na terça-feira 25 aniversaria **Leonardo**

Na quarta-feira 26 aniversaria **Carol**



Na quarta-feira 26 aniversaria **Evelin**

Na quarta-feira 26 aniversaria **Laura**

Na quinta-feira 27 aniversaria **Whashington**

Na sexta-feira 28 aniversaria **Eud**

Na sexta-feira 28 aniversaria **Helie**

Na sexta-feira 28 aniversaria **Zaqueu**

Mande sua foto por WhatsApp (15) **9.9888-18 14**

Divulgação

LEGADO DA AGROPORTO. Além dos shows, atrações e atividades voltadas ao agronegócio, a 7ª AgroPorto deixou um importante legado de solidariedade para Porto Feliz. O evento possibilitou a arrecadação de alimentos que foram transformados em 130 cestas básicas pelo Fundo Social de Solidariedade de Porto Feliz. Na foto: o secretário de Desenvolvimento, Saulo Henrique Cândido; o prefeito Célio Peixoto; a primeira-dama, Paula Caroline Vicente; a assessora da primeira-dama, Regina Foresto Bette, e o assessor de gabinete, Ronder Florenzano.